

Este documento sistematiza debates, ações prioritárias e propostas para a agenda de biodiversidade das Amazônias. Ele foi produzido em parceria com o CRIA - Centro de Referência em Informação Ambiental e integra a Rota 26-30, iniciativa conduzida pela Uma Concertação pela Amazônia em 2026. O material serve como referência para que a nossa Rede contribua com ações prioritárias para orientar decisões do setor público e do setor privado nos próximos cinco anos.

Biodiversidade - Prioridades para as Amazônias



“Quando eu penso na biodiversidade eu não consigo apenas pensar nas coisas grandes da floresta. O meu olhar é muito mais para as delicadezas, para as coisas pequenas, para os seres pequenos, para os insetos, para as abelhas, para os fungos, para os pássaros pequenos, os organismos que são praticamente invisíveis aos nossos olhos, mas que sustentam silenciosamente a vida. Nessa ilustração, eu quis retratar a biodiversidade como uma grande rede viva de conexões. Pessoas, pássaros, pesquisa, solo, rio, floresta, árvores, tudo num complexo vivo. As árvores que conversam com os rios, que alimentam os peixes. A Amazônia é uma das maiores potências de vida do planeta. Ela abriga mais de 40 mil espécies de plantas, só de abelhas nós temos mais de 3 mil espécies na Amazônia. Imagina essa biodiversidade tendo os seus desafios para sobreviver. Eu quis trazer com essa aquarela uma visão mais sensível da vivência na floresta, das relações na floresta. O filho que toca o rosto da mãe ao ser banhado no rio, as redes silenciosas que ligam ponto a ponto as raízes, a terra, os rios e os fungos, um peixe-boi também, com o seu filhote. É uma ilustração bastante sensível da Amazônia e sua biodiversidade. Tem vida, tem sentimentos, tem uma riqueza gigante por detrás de tudo. Precisamos ter muito respeito, muita reverência aos povos. E todo tipo de pesquisa precisa olhar e conversar com esses seres e com esses povos que também convivem com toda fauna e flora abundante aqui nas nossas Amazônias.” (Hadna Abreu, 2026)

A biodiversidade brasileira constitui um dos principais ativos estratégicos do país e desempenha papel central na estabilidade climática, na segurança hídrica, na diversidade dos sistemas alimentares e na saúde humana. Nas Amazônias, essa condição assume dimensão estruturante: a biodiversidade não apenas sustenta processos ecológicos essenciais, mas configura um suporte material e funcional para dinâmicas econômicas, sociais e territoriais. Reconhecê-la como infraestrutura ecológica é condição para reposicionar a agenda ambiental como eixo central de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

O Brasil concentra cerca de 15% da biodiversidade global, com mais de 125 mil espécies animais, 44 mil espécies vegetais e mais de 8 mil espécies de fungos registradas (Biodiversity A-Z, 2024), além de elevados níveis de endemismo (United Nations, 2020). Essa diversidade resulta de uma combinação singular de fatores geográficos, climáticos e históricos e se expressa de forma particularmente intensa na Amazônia. A presença de quase 70% do bioma amazônico em território nacional posiciona o país entre os principais centros de biodiversidade do planeta.

Os ecossistemas amazônicos operam como sistemas de regulação em escala continental, sustentando regimes de chuva, estoques de carbono e fluxos hidrológicos fundamentais para a economia e para a segurança climática do país. Essa base ecológica sustenta diretamente sistemas produtivos, modos de vida e dinâmicas econômicas. A biodiversidade atua como suporte à segurança alimentar, à provisão de recursos medicinais e à estabilidade de atividades econômicas dependentes dos serviços ecossistêmicos, além de exercer papel central na regulação de riscos sanitários e climáticos (BPBES, 2019). Ao mesmo tempo, constitui um vetor estratégico para o desenvolvimento de novas economias baseadas na natureza, com potencial de gerar inovação, emprego e renda. No entanto, esse potencial permanece subaproveitado. Apesar da riqueza biológica, a participação do Brasil em mercados estratégicos, como o de fitoterápicos, ainda é marginal - 0,1% do comércio global em 2022 (Instituto Escolhas, 2026) - evidenciando uma desconexão entre a base de recursos disponíveis e a capacidade de geração de valor.

Esse descompasso revela um dos principais entraves estruturais da agenda da biodiversidade: a coexistência entre uma base ecológica de escala global e a baixa capacidade de integrá-la a estratégias de desenvolvimento econômico e territorial. A biodiversidade permanece, em grande medida, dissociada das dinâmicas produtivas, dos sistemas de inovação e dos instrumentos de política pública, limitando sua conversão em benefícios econômicos e sociais distribuídos. Trata-se de uma lacuna que não se explica somente pela baixa disponibilidade de recursos para a agenda de ciência, tecnologia e inovação, mas pela fragilidade dos arranjos institucionais, da infraestrutura de conhecimento e dos mecanismos de articulação entre ciência, mercado e território.

Paralelamente, essa base ecológica encontra-se sob pressão crescente. A expansão do desmatamento, a degradação ambiental, as mudanças no uso da terra e a intensificação de atividades predatórias têm provocado a fragmentação de habitats e a redução da resiliência dos ecossistemas (Lapola et al., 2023). Esses processos são agravados pelos efeitos das mudanças climáticas, que têm intensificado a ocorrência de eventos extremos, como a seca de 2023 na Amazônia, com impactos diretos sobre sistemas ecológicos, cadeias produtivas e condições de vida de populações locais (Jornal da UNESP, 2024; MCTI, 2024; SGB, 2026). A perda de biodiversidade, nesse contexto, deixa de ser um problema setorial e passa a comprometer a estabilidade de sistemas econômicos e sociais mais amplos.

Esse quadro é aprofundado por um déficit persistente de conhecimento e de base informacional sobre a biodiversidade amazônica. Extensas áreas permanecem pouco estudadas, com espécies ainda não identificadas e ecossistemas insuficientemente compreendidos, como demonstram casos recentes de descoberta e caracterização de novos sistemas ecológicos (Banha et al., 2022; Garcia-Villacorta et al., 2016). Essa lacuna limita a formulação de políticas públicas, a estruturação de cadeias produtivas e o desenvolvimento de soluções baseadas em evidências, restringindo a capacidade de transformar a biodiversidade em ativo econômico.

Configura-se, assim, um conjunto de tensões estruturais que definem a agenda da biodiversidade nas Amazônias: de um lado, sua centralidade como infraestrutura ecológica indispensável à estabilidade climática, hídrica e alimentar; de outro, sua crescente degradação e a limitada capacidade de integrá-la a estratégias de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a riqueza biológica e cultural da região convive com fragilidades institucionais, baixa articulação entre políticas públicas e insuficiência de instrumentos capazes de conectar conservação, uso sustentável e geração de valor (BPBES, 2019).

Diante desse cenário, a agenda de biodiversidade nas Amazônias exige uma abordagem sistêmica que supere a fragmentação entre conservação e desenvolvimento, integrando biodiversidade, economia, ciência, tecnologia e território. Isso implica estruturar cadeias de valor intensivas em ciência e inovação baseadas na sociobiodiversidade, ampliar o conhecimento científico, fortalecer mecanismos de governança territorial e desenvolver instrumentos econômicos e institucionais capazes de reduzir pressões sobre os ecossistemas.

Trata-se de posicionar a biodiversidade como eixo estratégico do desenvolvimento, capaz de sustentar, no longo prazo, a conservação ambiental associada à geração de valor econômico e social. Essa construção requer a definição de prioridades, a coordenação entre escalas de governo e o fortalecimento de arranjos institucionais que permitam transformar a biodiversidade amazônica em fronteira tecnológica para uma nova trajetória de desenvolvimento para o país.

Pontos de atenção

- A agenda da biodiversidade nas Amazônias é marcada por elevada fragmentação conceitual e institucional, na medida em que diferentes dimensões, como conservação, pesquisa científica, inovação, cadeias produtivas e bioeconomia, são frequentemente tratadas de forma indistinta, resultando em políticas públicas com baixo foco, instrumentos desarticulados e limitada efetividade na promoção de resultados concretos;
- A fragilidade e fragmentação dos marcos regulatórios, associadas à complexidade burocrática e à baixa coordenação entre órgãos e normas, configuram um ambiente institucional que dificulta a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento de atividades econômicas baseadas na biodiversidade e no conhecimento dos seus guardiões;
- A desconexão entre produção de conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e aplicação econômica constitui um dos principais entraves à valorização da biodiversidade, evidenciando a ausência de mecanismos estruturados de tradução do conhecimento para o setor produtivo e de integração entre ciência, mercado e território;

- A insuficiência de infraestrutura científica e informacional, incluindo inventários biológicos, taxonomia, coleções científicas, bases de dados e capacidades em bioinformática, limita a capacidade de conhecer, monitorar e utilizar a biodiversidade de forma estratégica, perpetuando a dependência externa na geração de valor a partir de recursos biológicos;
- A baixa agregação de valor local nas cadeias da biodiversidade resulta na exportação de insumos brutos e na importação de tecnologias e produtos de maior valor agregado, evidenciando uma estrutura produtiva que não internaliza os benefícios econômicos associados ao uso da biodiversidade;
- A ausência de instrumentos econômicos estruturados e adequados às dinâmicas da biodiversidade, como crédito orientado, capital paciente e compras públicas, limita a escala e a viabilidade de cadeias produtivas sustentáveis, mantendo a dependência de iniciativas pontuais e descontinuadas;
- A baixa diversificação produtiva e a concentração em poucas cadeias econômicas, como açaí e cacau, limitam a capacidade de expansão da economia da biodiversidade, ao mesmo tempo em que aumentam a vulnerabilidade a mudanças climáticas, pressões de mercado e riscos ecológicos;
- A insuficiente integração entre conservação ambiental, restauração ecológica e atividades produtivas limita a construção de modelos econômicos capazes de conciliar geração de renda e manutenção da biodiversidade, mantendo a dissociação entre agenda ambiental e desenvolvimento econômico;
- A garantia de direitos territoriais e o protagonismo de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares permanecem como condições estruturais para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sendo ainda insuficientemente incorporados como eixo central das estratégias de desenvolvimento;
- Gargalos estruturais de infraestrutura e logística, incluindo transporte, armazenamento, conectividade e escoamento da produção, comprometem a competitividade de produtos da biodiversidade e restringem sua inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais;
- A ausência de métricas, sistemas de monitoramento orientados a resultados e indicadores de impacto territorial dificulta a avaliação da efetividade das políticas e iniciativas voltadas à biodiversidade, mantendo o foco em processos e não em resultados concretos, como geração de renda, conservação e valor agregado local.

6 ações prioritárias para transformar a biodiversidade nas Amazônias em base de desenvolvimento sustentável, geração de valor e fortalecimento territorial

Ação 1. Estruturar uma abordagem integrada para a biodiversidade, com coordenação entre conservação, ciência, inovação e desenvolvimento econômico;

Ação 2. Fortalecer governança territorial e assegurar direitos e protagonismo das populações amazônicas;

Ação 3. Fortalecer a base de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação aplicada à biodiversidade amazônica;

Ação 4. Estruturar instrumentos econômicos e financeiros adequados às dinâmicas da biodiversidade;

Ação 5. Diversificar cadeias de valor da sociobiodiversidade com agregação de valor local e desenvolvimento de mercados; e

Ação 6. Superar gargalos estruturais de infraestrutura, logística e implementação territorial

Ação 1 – Estruturar uma abordagem integrada para a biodiversidade, com coordenação entre conservação, ciência, inovação e desenvolvimento econômico

A agenda da biodiversidade nas Amazônias permanece atravessada por elevada fragmentação entre conservação, pesquisa científica, inovação, cadeias produtivas, sociobiodiversidade, bioeconomia e desenvolvimento territorial. Quando essas dimensões são tratadas de forma indistinta ou desconectada, a política pública perde foco, os instrumentos ficam mal calibrados e a biodiversidade deixa de operar como eixo estruturante de uma estratégia de desenvolvimento. Destruir essa agenda exige organizar uma abordagem integrada, capaz de diferenciar frentes de atuação, coordenar políticas, reduzir sobreposições institucionais e conectar conservação, conhecimento, produção, mercado e território em torno de resultados concretos.

Propostas

1.1. Estruturar mecanismos institucionais de coordenação entre as diferentes agendas da biodiversidade

Instituir arranjos institucionais que organizem e coordenem, de forma explícita, as diferentes agendas associadas à biodiversidade, incluindo conservação, pesquisa científica, inovação, cadeias produtivas e bioeconomia. Esses mecanismos devem estabelecer atribuições claras entre órgãos e políticas, definir prioridades operacionais, alinhar instrumentos existentes e reduzir sobreposições, de modo a garantir maior foco, coerência e efetividade na implementação da agenda. Essa organização deve permitir que cada dimensão opere com instrumentos e objetivos próprios, ao mesmo tempo em que se articula a uma estratégia integrada de desenvolvimento baseada na biodiversidade.

1.2. Criar plataformas territoriais de inovação em biodiversidade

Estruturar plataformas territoriais de inovação que reúnam instituições de ciência e tecnologia, comunidades, cooperativas, empresas, governos e organizações locais em torno de cadeias concretas, problemas reais e gargalos identificados nos territórios. Essas plataformas devem funcionar como espaços permanentes de articulação entre conhecimento científico, demandas produtivas, capacidades comunitárias e oportunidades de mercado, permitindo que a biodiversidade seja convertida em soluções aplicadas, geração de renda e fortalecimento da capacidade instalada na região. A proposta de plataformas territoriais é um mecanismo essencial para conectar ciência, comunidades, cooperativas, empresas e governos em torno de cadeias e gargalos reais, com foco no aproveitamento

ou criação de oportunidades de mercado, geração de valor local e na superação de entraves produtivos e tecnológicos.

1.3. Integrar biodiversidade às políticas de desenvolvimento econômico e territorial

Incorporar a biodiversidade às estratégias de desenvolvimento territorial, produtivo e econômico, superando sua associação exclusiva à agenda ambiental. Isso implica articular políticas agrícolas, industriais, científicas, educacionais, ambientais e de inovação, de modo que conservação e uso sustentável sejam tratados como bases para geração de valor, renda, emprego e capacidade produtiva regional. Essa integração deve orientar tanto políticas públicas quanto estratégias privadas, evitando a dissociação entre proteção da biodiversidade e desenvolvimento econômico.

1.4. Estabelecer mecanismos de simplificação e harmonização regulatória

Promover a simplificação e harmonização de normas e procedimentos relacionados à biodiversidade, por meio da articulação entre órgãos públicos e instâncias regulatórias. O problema identificado não é a ausência de regras, mas a fragmentação entre normas, órgãos e exigências, que dificulta a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento de atividades econômicas baseadas na biodiversidade. Uma governança integrada deve promover a articulação entre normas, órgãos e instâncias regulatórias, com o objetivo de simplificar procedimentos, reduzir redundâncias e dar maior previsibilidade aos processos relacionados à pesquisa, inovação e uso econômico da biodiversidade. Essa harmonização deve facilitar a atuação de pesquisadores, comunidades, empreendedores e investidores, reduzindo custos de transação e barreiras institucionais.

1.5. Estruturar sistemas de monitoramento orientados a resultados

Estabelecer sistemas de acompanhamento voltados à avaliação de resultados efetivos, deslocando o foco de métricas processuais, como número de eventos, reuniões e editais, para indicadores de impacto territorial. O monitoramento da agenda deve considerar geração de renda, inovação efetiva, agregação de valor local, redução de barreiras regulatórias, fortalecimento de capacidades regionais e conservação associada a economias sustentáveis. Essa orientação é fundamental para que a biodiversidade deixe de ser tratada como discurso e seja convertida em capacidade, valor e desenvolvimento. Além disso, esses sistemas devem orientar a tomada de decisão e o ajuste contínuo das políticas e instrumentos.

Ação 2 – Fortalecer governança territorial e assegurar direitos e protagonismo das populações amazônicas

A consolidação de uma economia da biodiversidade nas Amazôniaas está diretamente condicionada à estruturação de arranjos de governança territorial que reconheçam a diversidade socioespacial da região e assegurem os direitos e o protagonismo de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. A ausência de segurança fundiária, a baixa efetividade de políticas territoriais e a limitada incorporação dessas populações como agentes centrais da agenda comprometem tanto a conservação quanto a geração de valor. Ao mesmo tempo, a heterogeneidade das Amazôniaas exige abordagens territorializadas, capazes de diferenciar estratégias conforme os níveis de conservação, pressão sobre o uso da terra e dinâmicas produtivas. Estruturar essa base é condição para viabilizar qualquer estratégia de desenvolvimento baseada na biodiversidade.

Propostas

2.1. Assegurar segurança fundiária e direitos territoriais como base da economia da biodiversidade

Avançar na regularização fundiária e no reconhecimento de territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo condições jurídicas e institucionais para o uso sustentável da biodiversidade. A segurança territorial é condição estruturante para a conservação, para a organização produtiva e para a implementação de estratégias de longo prazo baseadas na sociobiodiversidade.

Essa agenda deve contemplar:

- reconhecimento e regularização de territórios tradicionais e áreas de uso coletivo;
- fortalecimento de instrumentos de proteção territorial frente a pressões externas;
- integração entre políticas fundiárias, ambientais e produtivas.

2.2. Estruturar modelos de governança territorial adaptados à diversidade das Amazônias

Desenvolver arranjos de governança que considerem as diferentes realidades territoriais, reconhecendo que soluções homogêneas não respondem à complexidade da região. A formulação e implementação de políticas deve diferenciar estratégias para áreas conservadas, territórios sob pressão, zonas de transição e contextos urbanos, articulando escalas local, regional e estadual.

Esse processo deve incluir:

- definição de prioridades territoriais com base em critérios socioambientais e produtivos;
- fortalecimento de instâncias locais e regionais de governança;
- articulação entre políticas públicas conforme as especificidades de cada território.

2.3. Garantir protagonismo das populações locais na economia da biodiversidade

Reconhecer povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares como agentes centrais na conservação e no uso sustentável da biodiversidade, assegurando sua participação efetiva na definição, implementação e monitoramento das políticas e iniciativas econômicas. A geração de valor associada à biodiversidade depende da incorporação desses atores como protagonistas e beneficiários diretos.

Essa estratégia deve envolver:

- inclusão ativa dessas populações em processos decisórios;
- fortalecimento de organizações comunitárias, cooperativas e associações;
- valorização de conhecimentos tradicionais como base para inovação e uso sustentável.

2.4. Integrar políticas sociais, territoriais e produtivas para redução de vulnerabilidades

Articular políticas de desenvolvimento territorial, proteção social, infraestrutura e apoio produtivo como condição para viabilizar a economia da biodiversidade. A redução de desigualdades e o acesso a serviços básicos são fatores determinantes para que populações locais possam participar de cadeias produtivas e estratégias de conservação.

Essa integração deve contemplar:

- articulação com políticas de transferência de renda e inclusão produtiva;
- ampliação do acesso a infraestrutura básica, incluindo energia, conectividade e serviços públicos;
- integração entre políticas sociais e estratégias de desenvolvimento baseadas na biodiversidade.

2.5. Posicionar territórios e comunidades como eixo da distribuição de benefícios

Estruturar mecanismos que garantam a distribuição justa dos benefícios econômicos derivados do uso da biodiversidade, evitando a concentração de valor fora dos territórios. A efetividade da bioeconomia depende da capacidade de gerar renda local, fortalecer identidades territoriais e promover inclusão econômica.

Esse processo deve incluir:

- mecanismos de repartição de benefícios associados ao uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais;
- estímulo à geração de renda local vinculada às cadeias da sociobiodiversidade;
- valorização cultural e econômica de produtos e práticas territoriais.

Ação 3 – Fortalecer a base de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação aplicada à biodiversidade amazônica

A transformação da biodiversidade em valor econômico, inovação e desenvolvimento depende diretamente da capacidade de gerar, organizar e aplicar conhecimento. Apesar da existência de um acúmulo relevante de pesquisa científica no Brasil, persistem lacunas estruturais na infraestrutura de conhecimento, na formação de capacidades e, sobretudo, na tradução desse conhecimento em soluções aplicadas. A ausência de inventários robustos, sistemas de dados integrados, infraestrutura científica adequada e mecanismos de conexão com o setor produtivo limita o aproveitamento estratégico da biodiversidade, resultando na exportação de recursos biológicos com baixo valor agregado e na dependência externa de tecnologias e produtos derivados. Superar esse quadro exige consolidar uma base científica e tecnológica orientada à aplicação, com foco na geração de valor, na inovação e na construção de capacidades instaladas na região.

Propostas

3.1. Estruturar infraestrutura científica e informacional da biodiversidade

Fortalecer e expandir a infraestrutura de pesquisa e informação necessária ao conhecimento e uso estratégico da biodiversidade, incluindo inventários biológicos, taxonomia, coleções científicas, bases de dados e sistemas de bioinformática. Essa base é condição para identificar, monitorar e utilizar recursos biológicos com consistência técnica e segurança jurídica, além de sustentar processos de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Essa estrutura deve ser orientada à integração de dados, à interoperabilidade entre instituições e à formação de uma base contínua de conhecimento sobre a biodiversidade amazônica.

3.2. Fortalecer a formação de capacidades científicas e técnicas na região

Ampliar a formação e a fixação de recursos humanos qualificados nas áreas relacionadas à biodiversidade, incluindo taxonomia, biotecnologia, bioinformática e áreas aplicadas ao desenvolvimento de produtos e processos. A formação de especialistas é um processo de longo prazo e constitui um dos principais gargalos para o avanço da pesquisa e da inovação na região.

Essa estratégia deve considerar tanto a formação acadêmica quanto a capacitação técnica voltada à aplicação produtiva do conhecimento.

3.3. Promover a tradução do conhecimento científico para aplicação econômica e produtivas

Estruturar mecanismos que conectem a produção científica às demandas do setor produtivo, permitindo que o conhecimento já existente seja convertido em soluções aplicadas, produtos e processos com valor econômico. Um dos principais entraves identificados não é a ausência de conhecimento, mas a dificuldade de fazê-lo transbordar da academia para o mercado.

Essa agenda envolve:

- criação de interfaces institucionais entre pesquisa e setor produtivo;
- estímulo a projetos orientados por demandas de mercado e cadeias produtivas;
- desenvolvimento de capacidades de mediação entre ciência e negócios.

3.4. Fortalecer a biotecnologia como eixo estratégico da economia da biodiversidade

Desenvolver capacidades em biotecnologia voltadas à transformação de recursos da biodiversidade em produtos de alto valor agregado, como fármacos, cosméticos e insumos industriais. Apesar do potencial existente e da disponibilidade de infraestrutura científica avançada no país, essa capacidade permanece subutilizada e desconectada da base produtiva amazônica.

O fortalecimento dessa agenda requer integração entre pesquisa científica, infraestrutura tecnológica, investimentos e ambiente regulatório, de modo a viabilizar o desenvolvimento de produtos competitivos em escala nacional e internacional.

3.5. Estruturar centros e ambientes de inovação voltados à biodiversidade

Implantar e fortalecer centros de pesquisa aplicada e inovação na Amazônia, voltados à transformação do conhecimento em produtos, processos e negócios. Esses ambientes devem atuar como núcleos de articulação entre universidades, institutos de pesquisa, empresas e iniciativas locais, contribuindo para a construção de uma base produtiva ancorada na biodiversidade.

A existência de conhecimento acumulado sem estruturas adequadas de transformação em valor econômico constitui um dos principais entraves ao avanço da bioeconomia na região.

Ação 4 – Estruturar instrumentos econômicos e financeiros adequados às dinâmicas da biodiversidade

A consolidação de uma economia da biodiversidade nas Amazônias depende da existência de instrumentos econômicos e financeiros capazes de responder às especificidades das cadeias da sociobiodiversidade, que operam com ciclos produtivos mais longos, maior incerteza, forte dependência territorial e menor padronização. A ausência ou inadequação desses instrumentos limita a escala das iniciativas, restringe o acesso a financiamento e mantém a dependência de projetos pontuais e descontinuados. Ao mesmo tempo, observa-se baixa articulação entre políticas de crédito, compras públicas, incentivos fiscais e mecanismos de investimento, o que dificulta a construção de um ambiente econômico favorável ao desenvolvimento dessas cadeias. Superar esse quadro exige estruturar instrumentos orientados à geração de valor local, à redução de riscos e ao fortalecimento de economias sustentáveis baseadas na biodiversidade.

Propostas

4.1. Estruturar linhas de crédito orientadas às cadeias da sociobiodiversidade

Desenvolver instrumentos de crédito adaptados às características das atividades baseadas na biodiversidade, com prazos compatíveis com ciclos produtivos, condições adequadas de financiamento

e critérios que considerem as especificidades territoriais e produtivas. A oferta de crédito convencional tem se mostrado inadequada para essas cadeias, limitando sua expansão e consolidação.

Essas linhas devem priorizar iniciativas que promovam agregação de valor local, uso sustentável da biodiversidade e fortalecimento de capacidades produtivas na região.

4.2. Mobilizar capital de longo prazo para a economia da biodiversidade

Ampliar a disponibilidade de capital paciente e instrumentos de investimento de longo prazo, capazes de sustentar o desenvolvimento de cadeias produtivas ainda em consolidação. A estruturação de investimentos deve considerar os riscos associados às atividades baseadas na biodiversidade e criar mecanismos de mitigação que viabilizem a entrada de capital privado e público.

Essa mobilização é fundamental para superar a lógica de financiamento fragmentado e de curto prazo que caracteriza grande parte das iniciativas atuais.

4.3. Fortalecer compras públicas como instrumento de dinamização de mercados

Utilizar o poder de compra do Estado como mecanismo de estímulo às cadeias da sociobiodiversidade, ampliando a demanda por produtos associados ao uso sustentável da biodiversidade. As compras públicas constituem um instrumento estratégico ainda subutilizado, com potencial de gerar escala, previsibilidade de demanda e fortalecimento de mercados locais.

Essa estratégia deve envolver:

- integração de produtos da sociobiodiversidade em programas de compras institucionais;
- adaptação de critérios de compra às especificidades dessas cadeias;
- articulação entre diferentes níveis de governo para ampliar a escala das aquisições.

4.4. Desenvolver incentivos econômicos e fiscais para atividades baseadas na biodiversidade

Criar e fortalecer mecanismos de incentivo que tornem economicamente competitivas as atividades associadas ao uso sustentável da biodiversidade, incluindo diferenciação tributária, subsídios direcionados e instrumentos de apoio à produção. Esses incentivos são necessários para corrigir distorções que historicamente favoreceram modelos produtivos associados à degradação ambiental.

A estruturação desses instrumentos deve estar alinhada à geração de valor local, à conservação e à inclusão produtiva.

4.5. Estruturar mecanismos de repartição de benefícios e valorização econômica

Fortalecer instrumentos que assegurem a repartição justa de benefícios associados ao uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, garantindo que a geração de valor econômico seja distribuída de forma equitativa. A ausência de mecanismos efetivos de repartição limita o engajamento das populações locais e compromete a sustentabilidade das cadeias produtivas.

Essa agenda deve estar associada à valorização econômica da biodiversidade e à proteção de direitos, contribuindo para a construção de modelos mais inclusivos.

4.6. Reduzir barreiras econômicas e financeiras ao desenvolvimento das cadeias da biodiversidade

Identificar e enfrentar entraves relacionados ao acesso a financiamento, à burocracia e aos custos de transação que dificultam a entrada e a permanência de iniciativas baseadas na biodiversidade. A simplificação de procedimentos e a adequação de instrumentos são essenciais para ampliar o acesso de comunidades, pequenos produtores e empreendedores às oportunidades econômicas.

Ação 5 – Desenvolver cadeias de valor da sociobiodiversidade com agregação de valor local e inserção em mercados

A consolidação da economia da biodiversidade nas Amazônias depende da estruturação de cadeias de valor capazes de transformar recursos biológicos em produtos, processos e mercados organizados. Atualmente, essas cadeias operam de forma fragmentada, com baixa agregação de valor, limitada inserção em mercados e forte dependência de poucas atividades produtivas. A ausência de articulação entre produção, processamento, inovação, logística e comercialização restringe a capacidade de geração de renda e de internalização dos benefícios econômicos nos territórios. Estruturar essas cadeias implica organizar a produção, diversificar atividades, incorporar inovação, ampliar mercados e garantir que o valor gerado permaneça na região.

Propostas

5.1. Estruturar cadeias produtivas completas da sociobiodiversidade

Organizar cadeias de valor que integrem produção, beneficiamento, processamento, comercialização e distribuição, superando a fragmentação atual. O desenvolvimento dessas cadeias deve priorizar a transformação local dos produtos, reduzindo a exportação de insumos brutos e ampliando a geração de valor na região.

5.2. Desenvolver produtos e padrões de qualidade para inserção em mercados

Estimular o desenvolvimento de produtos derivados da biodiversidade com maior valor agregado, associados a padrões de qualidade, rastreabilidade e diferenciação, ampliando sua competitividade e acesso a mercados mais exigentes.

5.3. Diversificar a base produtiva associada à biodiversidade

Ampliar a diversidade de atividades produtivas, reduzindo a concentração em poucas cadeias e incorporando novas espécies, produtos e sistemas produtivos. A diversificação aumenta a resiliência econômica e ecológica, especialmente diante das mudanças climáticas e das oscilações de mercado.

Essa estratégia envolve:

- ❖ incorporação de espécies alimentícias pouco exploradas;
- ❖ estímulo a sistemas produtivos mais diversos, como agroflorestas;
- ❖ valorização de produtos associados à biodiversidade local.

5.4. Ampliar o acesso a mercados e fortalecer estratégias de comercialização

Desenvolver mecanismos que ampliem a inserção de produtos da biodiversidade em mercados regionais, nacionais e internacionais, superando barreiras de acesso e ampliando a demanda. A expansão de mercados é condição para dar escala às cadeias produtivas e garantir sustentabilidade econômica.

5.5. Integrar conservação, restauração e produção nas cadeias econômicas

Promover modelos produtivos que conciliem uso econômico e conservação da biodiversidade, incorporando práticas como restauração produtiva e sistemas agroflorestais. A integração entre produção e conservação é condição para a sustentabilidade das cadeias e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

5.6. Valorizar dimensões culturais e identitárias associadas à biodiversidade

Incorporar a dimensão cultural como elemento de valorização econômica, promovendo o reconhecimento de espécies, produtos e práticas associadas aos territórios e às populações locais. A valorização cultural contribui para ampliar mercados, diferenciar produtos e fortalecer identidades territoriais.

Ação 6 – Superar gargalos estruturais de infraestrutura, logística e condições de implementação territorial

A consolidação de uma economia da biodiversidade nas Amazônias encontra limites concretos na precariedade das condições de infraestrutura e logística, que afetam diretamente a produção, o processamento, o armazenamento e a comercialização. A dependência de sistemas de transporte vulneráveis, especialmente fluviais, a ausência de estruturas adequadas de escoamento e a limitação de infraestrutura básica comprometem a competitividade das cadeias produtivas e resultam em perdas significativas. Esses gargalos também impactam o acesso a insumos, alimentos e serviços, ampliando custos e riscos para populações e iniciativas produtivas. Superar essas limitações é condição para viabilizar a escala das atividades econômicas baseadas na biodiversidade e garantir sua sustentabilidade no território.

Propostas

6.1. Ampliar e qualificar a infraestrutura logística para cadeias da biodiversidade

Investir na melhoria e adaptação dos sistemas de transporte e escoamento da produção, considerando as especificidades territoriais da Amazônia. A infraestrutura logística deve responder às dinâmicas locais, reduzindo perdas, custos e tempo de deslocamento, e ampliando a capacidade de inserção dos produtos nos mercados.

6.2. Estruturar sistemas de armazenamento e processamento no território

Desenvolver estruturas locais de armazenamento, beneficiamento e processamento que permitam conservar produtos, reduzir perdas e ampliar o valor agregado antes da comercialização. A ausência dessas estruturas compromete a qualidade dos produtos e limita a capacidade de geração de renda nas cadeias produtivas.

6.3. Garantir segurança hídrica para atividades produtivas e logísticas

Fortalecer a capacidade de resposta a eventos extremos relacionados à água, especialmente secas, que impactam diretamente a produção agrícola e os sistemas de transporte. A segurança hídrica é um fator crítico tanto para a produtividade quanto para a conectividade territorial, especialmente em regiões dependentes de hidrovias.

6.4. Ampliar infraestrutura básica e conectividade nos territórios

Expandir o acesso a serviços essenciais, como energia, conectividade digital e infraestrutura de apoio à produção, criando condições para o desenvolvimento de atividades econômicas baseadas na biodiversidade. A ausência desses elementos limita a organização produtiva, o acesso a mercados e a integração com cadeias mais amplas.

6.5. Implementar soluções operacionais para redução de perdas nas cadeias da biodiversidade

Implementar soluções que minimizem perdas ao longo das cadeias produtivas, especialmente aquelas decorrentes de limitações de transporte, armazenamento e acesso a mercados. A redução de perdas é um fator central para aumentar a eficiência econômica e a viabilidade das cadeias da biodiversidade.

6.6. Integrar planejamento logístico às estratégias de desenvolvimento da biodiversidade

Articular o planejamento de infraestrutura e logística às estratégias de desenvolvimento econômico baseadas na biodiversidade, evitando desconexões entre produção e escoamento. Essa integração é fundamental para garantir que o crescimento das cadeias produtivas seja acompanhado por condições adequadas de operação e escala.